



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

(Dispensa de Licitação nº 24/2026)

(Processo Administrativo nº 416/2026)

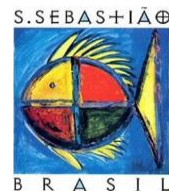
A **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO**, inscrita no CNPJ nº 19.843.891/0001-76, por intermédio do Setor de Compras, informa que se encontra aberta **DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR** e torna público seu interesse em obter propostas de eventuais interessados, nos termos do Art. 40 do Decreto Municipal nº 9136/2023, Art. 75, § 3º, da Lei 14.133/2021 e das exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa.

Objeto:	AQUISIÇÃO DE MANEQUIM/SIMULADOR PEDIÁTRICO AVANÇADO DE ALTA/MÉDIA FIDELIDADE, DESTINADO AO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRÁTICA DE PROFISSIONAIS PRESENTES NA FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO , conforme especificações descritas no Termo de Referência, que integra o presente Aviso de Contratação.
Data/hora início de recebimento de propostas:	19/10/2026 às 08:00 horas
Data/hora fim de recebimento de propostas:	23/10/2026 às 17:00 horas
Critério de Julgamento:	Menor Preço ☒ Global ☐ Por lote
Demanda criada pela(s) Diretoria(s):	☒ Atenção Básica ☐ Atenção Especializada ☐ Saúde Bucal ☐ Administrativa ☐ Financeira
Amparo legal:	Art. 75, II da Lei 14.133/2021
Endereço eletrônico para envio das propostas:	cotacao.fspss@gmail.com
Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Aviso de Contratação Direta poderão solicitar os esclarecimentos preferencialmente pelo mesmo e-mail designado para o envio das propostas.	



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



1. DAS PROPOSTAS

- 1.1. A proposta/orçamento deverá conter a indicação do VALOR UNITÁRIO ou MENSAL, TOTAL DO ITEM, e VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, conforme aplicável, observadas as seguintes condições:
 - 1.1.1. **Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias**, contado da data de apresentação da proposta. Na ausência dessa informação, será considerado o prazo estabelecido neste subitem;
 - 1.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda nacional, em algarismo e por extenso, **com centavos de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula**. Caso sejam apresentados preços com mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as duas primeiras, sem qualquer arredondamento;
 - 1.1.3. Conter especificação clara, completa e detalhada do produto ofertado, conforme as exigências estabelecidas no Termo de Referência, **incluindo, quando aplicável, a indicação da marca, modelo e fabricante**;
 - 1.1.4. **Contemplar a totalidade dos quantitativos** previstos para cada item, não sendo admitida proposta com quantitativo inferior ao estabelecido no Termo de Referência;
 - 1.1.5. Nas contratações cujo critério de julgamento seja o menor preço por lote ou global, a proposta deverá contemplar todos os itens que compõem o respectivo lote ou objeto, sob pena de desclassificação.
- 1.2. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ indicado na Proposta/Orçamento e nas demais Documentações deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente Dispensa;
- 1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 1.4. Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam o proponente, não sendo admitida a oferta de produtos ou serviços em desconformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.5. A apresentação da Proposta/Orçamento implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, vinculando os interessados às obrigações decorrentes de sua proposta.

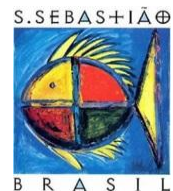
2. DA DOCUMENTAÇÃO

- 2.1. Para participar do presente procedimento, os interessados deverão possuir a documentação abaixo relacionada, a qual poderá ser solicitada pela Administração a qualquer tempo durante o procedimento:
 - 2.1.1. Ato constitutivo, estatuto, contrato social, registro empresarial, certificado de Microempreendedor Individual (MEI) ou documento equivalente, conforme a natureza jurídica do interessado, devidamente registrado no órgão competente,



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



acompanhado, quando aplicável, dos documentos de eleição ou designação dos administradores e/ou da diretoria em exercício. Os documentos deverão ser apresentados com todas as suas alterações, ressalvados os casos de consolidação;

- 2.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - 2.1.3. Documento válido com foto do(s) sócio(s) administrador(es) da empresa ou do(s) representante(s) legal(ais) (RG, CNH ou equivalente);
 - 2.1.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
 - 2.1.5. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S *(apenas se o objeto resultar em fato gerador de tributos estaduais)*;
 - 2.1.6. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários *(apenas se o objeto resultar em fato gerador de tributos municipais)*;
 - 2.1.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - 2.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;
 - 2.1.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 2.2. Se a empresa for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. As propostas/orçamentos que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso de Contratação Direta serão desconsideradas/desclassificadas;
- 3.2. Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor não possuir/apresentar a documentação prevista no tópico anterior, a Fundação de Saúde examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Aviso de Contratação Direta.
 - 3.2.1. Nesta etapa, a Fundação poderá negociar com o fornecedor para que seja obtido preço melhor;

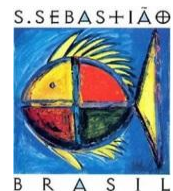
4. DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela Contratada, **no prazo de até 30 (trinta) dias** contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
 - 4.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da N.F/Fatura quando a Diretoria Requisitante atestar o recebimento do objeto.



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 4.2. O pagamento observará os critérios, procedimentos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento/Serviço, quando aplicável.

5. DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Após o Ato de Autorização da Contratação Direta, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Fornecimento/Serviço).

- 5.2. O fornecedor terá o prazo de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação.

5.2.1. O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será encaminhado por meio do sistema de processo eletrônico, considerando-se iniciada a contagem do prazo previsto no item 5.2 a partir da disponibilização do acesso ao fornecedor/prestador de serviços.

5.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor/prestador de serviços e aceita pela Fundação.

- 5.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

- 5.4. Previamente à assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, a Administração verificará o atendimento das condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso e nas demais normas pertinentes, podendo, sempre que possível, obter as certidões e realizar as consultas necessárias por meio dos sistemas oficiais disponíveis, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares ao fornecedor, quando necessário. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e contratação exigidas.

6. PENALIDADES

- 6.1. Constitui infração administrativa a prática de qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- 6.2. O fornecedor/prestador de serviços estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições do Regulamento Interno de Sanções da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião, aprovado pela Resolução nº 224/2025, disponível para consulta no Site desta Fundação, no endereço eletrônico <https://www.fspss.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Regulamento-Interno-de-Processos-Sancionatorios.pdf>.

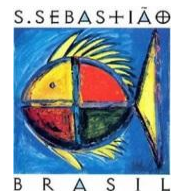
7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. A Administração poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogo, ficha técnica, manual ou outro documento que comprove as características do item ofertado, podendo submetê-los, quando necessário, à análise e aprovação da Diretoria requisitante;



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



- 7.2. As empresas assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Fundação não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;
- 7.3. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar ou anular a qualquer momento o presente procedimento;
- 7.4. Os interessados/fornecedores não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento;
- 7.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 9.136/2023 e demais normas aplicáveis;
- 7.6. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) Anexo I – Proposta Comercial;
 - b) Anexo II – Termo de Referência.

CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO

Diretor Presidente

Fundação de Saúde Pública de São Sebastião



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
NOME DO VENDEDOR (A):		
ENDEREÇO:		
CEP:	CIDADE:	ESTADO:
TELEFONE:	E-MAIL:	

Solicitamos que se possível a proposta seja elaborada em **papel timbrado e/ou com carimbo de identificação da empresa, constado no mínimo CNPJ e Razão Social.**

A proposta deve ser encaminhada a **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO, CNPJ 19.843.891/0001-76.**

OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MANEQUIM/SIMULADOR PEDIÁTRICO AVANÇADO DE ALTA/MÉDIA FIDELIDADE, DESTINADO AO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRÁTICA DE PROFISSIONAIS PRESENTES NA FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO.
----------------	---

LOTE ÚNICO					
ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	SER	MANUTENÇÃO DE CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA (FLUXO LAMINAR) CLASSE II, A2 - FILTER FLUX (COM CERTIFICAÇÃO)		

O PREÇO COTADO ATENDE TODAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ENCAMINHADO JUNTAMENTE COM ESTE MODELO), BEM COMO CONTEMPLA TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS REFERENTES AO OBJETO LICITADO.

_____, / ____ / 2026
LOCAL E DATA

CARIMBO E ASSINATURA



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



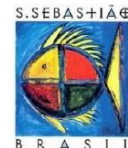
TERMO DE REFERÊNCIA



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1. AQUISIÇÃO DE MANEQUIM/SIMULADOR PEDIÁTRICO AVANÇADO DE ALTA/MÉDIA FIDELIDADE, DESTINADO AO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRÁTICA DE PROFISSIONAIS PRESENTES NA FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO.
- 1.2. O objeto pretendido enquadra-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de contínua de aprimoramento, capacitação e treinamento prático de equipes de saúde em procedimentos de urgência, emergência e atendimento pediátrico.
- 2.2. A simulação realística é uma metodologia ativa indispensável para o desenvolvimento de competências clínicas, segurança do paciente e tomada de decisão em cenários críticos sem expor pacientes reais a riscos.
- 2.3. A escolha por um simulador pediátrico atende à demanda específica de treinamento para condutas anatômicas e fisiológicas próprias da faixa etária infantil (ex.: reanimação cardiopulmonar, manejo de vias aéreas, acesso venoso e simulação de sinais vitais).
- 2.4. A contratação por dispensa de licitação fundamenta-se no valor estimado da aquisição, que se enquadra dentro do limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, primando pela celeridade, eficiência e economicidade.
- 2.5. Justifica-se a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), com fundamento no art. 22, inciso I, alínea "a", e § 1º, do Decreto Municipal nº 9.136/2023, que faculta sua elaboração nas contratações por dispensa de licitação previstas no art. 75, incisos I, II e VIII, da Lei nº 14.133/2021. Ademais, considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de manequim pediátrico para capacitação profissional, a quantidade reduzida (01 unidade) e o baixo valor da contratação, entende-se não ser necessária a elaboração do referido estudo, uma vez que a necessidade da aquisição e as especificações técnicas encontram-se suficientemente definidas no Termo de Referência, sem prejuízo à adequada instrução processual.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 3.1. No que diz respeito às especificações do item solicitado, apresentamos um detalhamento por meio da planilha abaixo

LOTE UNICO					
ITEM	QTD	UND	COD	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

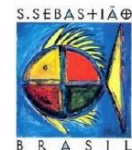
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



1	1	UND	56743	MANEQUIM BISSEXUAL BEBÊ COM ORGÃOS INTERNOS: Com alto grau de detalhes anatômicos e flexibilidade, confeccionado preferencialmente em PVC e resina siliconada; 2 coberturas abdominais, Masculina e Feminina com seus respectivos órgãos específicos. Deve apresentar: Punção venosa Cefálica e Umbilical; Injeção intramuscular (Deltóide, Vasto Lateral).	
---	---	-----	-------	---	--

3.1.1. Imagens meramente ilustrativas para referência de material sem qualquer tipo de compromisso com marcas que possam aparecer.

4. PRAZO DO CONTRATO

- 4.1. O prazo da contratação será aquele necessário ao cumprimento integral das obrigações assumidas pelo fornecedor, contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento, abrangendo a entrega do objeto, eventuais prorrogações autorizadas e, se for o caso, substituições de itens.
- 4.2. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada por meio de Ordem de Fornecimento, conforme dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicável às contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor.
- 4.3. Ainda que não haja cláusula expressa de vigência na Ordem de Fornecimento, entende-se como prazo contratual o período compreendido entre a assinatura da Ordem e o cumprimento final das obrigações contratuais, inclusive aquelas relacionadas à substituição de itens.
- 4.4. A garantia legal ou contratual tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, neste Termo ou em outro instrumento hábil que o substitua, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Fornecer o produto solicitado, que contenha as características iguais ou superiores as descritas neste termo, sendo que os objetos deverão atender as legislações e resoluções pertinentes.
- 5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando tratar-se de aquisição de bem, cuja execução consiste essencialmente no fornecimento e entrega do produto nas condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



5.2.1. Não se considera subcontratação a utilização de terceiros para atividades acessórias, tais como transporte, frete e logística de entrega, permanecendo a Contratada integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Os materiais utilizados na fabricação do manequim simulador não deverão conter compostos altamente tóxicos, ftalatos banidos ou metais pesados em concentrações nocivas ao meio ambiente.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A entrega do objeto deste Termo deverá ser efetuada de forma integral, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação de sanções previstas neste termo de referência;

6.2. O item aqui solicitado deverá ser entregue no Almoxarifado da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião, localizado na Rua Benedito Ramos dos Santos, nº 148, Varadouro, São Sebastião/SP – CEP: 11611651, em dias de expediente nesta Fundação, das 08:30h às 16:30h;

6.3. O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

6.4. O objeto será recebido de acordo com a quantidade, característica, especificação e condições estabelecidas neste termo de referência;

6.5. A Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS) rejeitará o objeto entregue em desacordo com a qualidade, característica e especificações constantes neste Termo, restando a empresa a obrigatoriedade da imediata substituição;

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratação deverá observar e cumprir o quanto disposto neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da presente contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

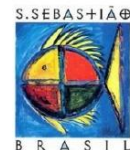
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



- 7.3. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.4. As comunicações entre a Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito ou por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.5. A Contratada deverá assegurar a FSPSS o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar o objeto que não esteja de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em hipótese alguma, a falta de fiscalização exime a responsabilidade da Contratada de atender as condições aqui previstas.
- 7.6. O Gestor do Contrato/Diretor Requisitante tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 9136/2023.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. O produto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por empregado público responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.
- 8.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.4. A liberação do pagamento fica condicionada à apresentação e verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa.
- 8.5. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando a Diretoria Requisitante atestar o recebimento do objeto.
- 8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.
 - 8.6.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

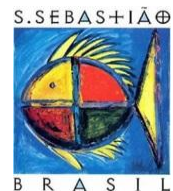
Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

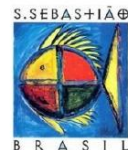
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



8.6.2. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7. O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança, apresentados pela CONTRATADA, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.7.1. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando a Diretoria Requisitante atestar o recebimento do objeto.

8.8. No caso de atraso pela Fundação, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.9. Previamente a emissão do Empenho, a Fundação de Saúde verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.9.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.9.3. CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais;

8.9.4. Sistema Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico>;

8.9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://spss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

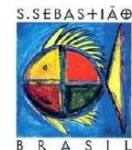
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



9.1. A presente aquisição dar-se-á mediante processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, em conformidade com o Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em razão do valor definido para a despesa.

9.2. O critério adotado para a presente aquisição será de MENOR PREÇO GLOBAL.

9.3. É vedado a participação de consórcio ou empresa impedidas de licitar ou contratar com a Administração.

9.4. Não será exigida garantia de proposta.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2. A opção pelo sigilo do orçamento visa preservar a competitividade entre fornecedores, possibilitar negociações estratégicas, prevenir inflação de preços, proteger a segurança do processo e respeitar a estratégia administrativa, contribuindo para uma contratação mais eficiente e vantajosa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As hipóteses de cometimento de infrações administrativas, bem como as respectivas sanções aplicáveis, estarão descritas na respectiva Ordem de Serviço/fornecimento, observando-se o disposto no Regulamento Interno desta Fundação de Saúde (Resolução nº 224, de 23 de setembro de 2025).

11.2. A Fundação de Saúde Pública de São Sebastião adotará todas as medidas administrativas, técnicas e legais necessárias para assegurar a fiel execução do objeto, exigindo o integral cumprimento de todas as cláusulas previstas no Contrato e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais instrumentos que o integram, não sendo tolerado o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações assumidas.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

12.1. Para o exercício de 2026 houve a elaboração do Plano de Contratações Anual pela Administração, pontuado no item 1.2.2 (permanente) item 2.

12.2. Dotação Orçamentária:

Fonte	Diretoria	Despesa Principal	Despesa Desdobrada	Dotação
Fonte 1	DIRETORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1309	9056	4.4.90.52.08

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

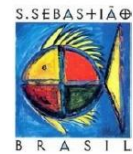
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações

Diretoria Administrativa



FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI
Diretoria de Atenção Básica

Assinado por 1 pessoa: FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015> e informe o código 67F1-1B79-9A13-6015



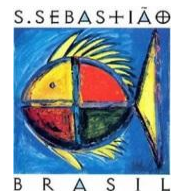
Assinado por 1 pessoa: CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fspss.1doc.com.br/verificacao/7E0D-788B-DCC2-245C> e informe o código 7E0D-788B-DCC2-245C





FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

Lei Complementar nº 168/2013 e alterações



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 67F1-1B79-9A13-6015

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ FERNANDA CAROLINA SOUZA LIMA PALURI CUNHA (CPF 295.XXX.XXX-84) em 15/10/2026
06:38:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fspss.1doc.com.br/verificacao/67F1-1B79-9A13-6015>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7E0D-788B-DCC2-245C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO (CPF 261.XXX.XXX-08) em 19/10/2026 09:21:33

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fspss.1doc.com.br/verificacao/7E0D-788B-DCC2-245C>